

# Decisão que tardava

No início de 1983 as dívidas das empresas estatais para com as sociedades privadas estavam orçadas em Cr\$ 200 bilhões. Mas o ano se encerrará com a elevação desses compromissos para Cr\$ 520 bilhões, cifra bastante respeitável não só em relação ao seu valor absoluto mas em razão da capacidade do setor privado de mantê-la como valores pendentes em seus resultados contábeis. Essa inadimplência do Estado não configura uma situação nova, provocada pelos desacertos estruturais da economia ou pelos níveis externos de endividamento, que projetaram reflexos nocivos na liquidez dos consórcios estatais. A União historicamente nunca primou pela virtude de pagar nos prazos pactuados os contratos estabelecidos com a iniciativa privada, embora as dificuldades internas, que se accentuaram a partir de 1980, tenham contribuído para agravar a situação.

Quando se sabe que no Brasil a participação do Estado no campo empresarial desenvolveu-se quase até a fronteira da socialização, com a incorporação monopolística de importantes setores produtivos, as dívidas contraídas com a iniciativa privada significam sacrifícios quase insuportáveis, quando não resgatadas nos prazos hábeis. Algumas áreas como a da construção civil e da produção de bens de capital há anos vêm padecendo de disfunções em virtude desse descompasso entre a execução de contratos oficiais e a contraprestação dos pagamentos.

Se, em passado recente, as indústrias e os segmentos prestadores de serviços puderam suportar essa defasagem, já agora será impossível contorná-la. E isto porque a espiral inflacionária corói cada vez mais as disponibilidades da poupança privada e atira aos mais altos parâmetros as taxas de juros. Sem encaixe financeiro compatível com os seus cronogramas de trabalho as empresas tendem para o plano inclinado da iliquidez, como já aconteceu — e continua a acontecer — com muitas delas.

As dificuldades das empresas privadas tradicionalmente contratantes das estatais não encerram apenas um aspecto irregular no funcionamento do sistema econômico, com repercussões localizadas e de escassas projeções sobre o plano social.

Quando se processam os fenômenos da iliqui-

dez no âmbito da iniciativa privada, as saídas sempre provocam consequências sociais extremamente nefastas, entre as quais avultam a desmobilização de parte da mão-de-obra e, obviamente, o desemprego. Vão mais adiante, atingindo as parcelas colaterais do setor produtivo encarregadas do suprimento de insumos, também com projeções desastrosas para os níveis de emprego e sobre a estabilidade do sistema econômico em conjunto.

Diante de tantas e ponderáveis razões, a decisão das autoridades financeiras no sentido de obrigar as empresas estatais a liquidarem em 84 suas dívidas junto à iniciativa privada tem larga eficácia na reordenação da economia brasileira, que é o projeto prioritário do Governo para o ano que está chegando. Mais abrangente e destinada a produzir efeitos multiplicadores é essa decisão quando impõe aos agentes empresariais do Governo investirem em 84 apenas os recursos previstos em suas rubricas orçamentárias e, excepcionalmente, em virtude de razões amplamente justificáveis do ponto de vista do interesse nacional.

Só o fato de que as empresas credoras irão incorporar ao seu patrimônio financeiro importância correspondente a Cr\$ 520 bilhões, durante o exercício de 84, já constitui alívio significativo. Uma grande maioria delas, colocadas diante da alternativa da falência — ou no mínimo da concordata —, já pode ingressar no ano que amanhã se inicia debaixo de perspectivas menos desanimadoras.

Ao mesmo tempo, a restrição dos investimentos das estatais aos limites orçamentários sedimenta as esperanças de que a eliminação desse agente, responsável por boa parte da expansão inflacionária, irá contribuir para a compreensão dos preços da economia. Com essa diretriz, o Governo demonstra coerência em sua disposição de reverter o quadro de desequilíbrio econômico-financeiro do País, já posto em evidência nas medidas anteriormente adotadas.

Uma outra consequência importante está no fato de que as empresas credoras poderão manter — pelo menos — as atuais taxas de emprego, do que se seguirá a diminuição dos níveis de tensão social. E de tranquilidade e de muito trabalho o Brasil precisa em doses significativas para superar suas atuais dificuldades.